



A ditadura incomodada e a Cassada diplomática a Che Guevara¹

Alberto Dias Mendes²

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

E-mail: mendesad@yahoo.com.br

Lená Medeiros de Menezes³

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

E-mail: lenamenezes@hotmail.com

Quando o golpe foi desfechado e os militares assumiram o poder no Brasil em 1964, foi iniciado um processo de cassação de lideranças políticas, parlamentares, enfim todos os que o novo sistema rotulasse de "comunista". Em meio ao festival de cassações totalitárias, deputados da base reacionária tentaram cassar a Condecoração de Che Guevara. A propositura nasceu entre os setores ligados ao novo *bloco do poder* que outrora criticaram a homenagem outorgada pelo Presidente Jânio Quadros ao líder revolucionário, no dia 19 de agosto de 1961. Quadros havia condecorado, no mesmo dia, outros 19 representantes de nações do então Terceiro Mundo.

Na ocasião, Nelson Carneiro (PSD/RJ), Pedro Aleixo (UDN/MG), Bilac Pinto (UDN/MG), Martins Rodrigues (PSD/CE) constitucionistas respeitados, manifestaram opinião de que o Poder Legislativo não tinha competência para interferir em ato de exclusiva competência do Presidente da República.

O processo de cassação havia sido apresentado em 21 de novembro de 1962, pelo Deputado Federal Othon Mader, eleito em 1958 pela UDN do Paraná. O parlamentar deu entrada no pedido de cassação por meio do Projeto de Lei que passou a tramitar sob a designação de PL nº 4785/1962, cuja epígrafe dizia: "Declara sem efeito

¹ Simpósio: ST-4. Outros dois possíveis: ST-5 ou ST-7

² Autor: Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Política/PPGH-UERJ

³ Orientadora: Professora Titular de História Contemporânea PPGH-UERJ



o decreto do Presidente da República de 18 de agosto de 1961, que conferiu a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul a Ernesto Guevara, Ministro da Indústria de Cuba".

Ao novo Ministro das Relações Exteriores, Vasco Tristão Leitão da Cunha, foi pedido que fizesse levantamento de todas as condecorações concedidas nos anos de 1960 até 1964. Em 1962, o Deputado Othon Mader já havia ingressado, na Câmara dos Deputados, com Projeto de Lei para retirar a medalha de Ernesto Guevara. As contradições internas na Casa Legislativa ficavam cada vez mais nítidas. A Comissão de Justiça votou, por unanimidade, pela ilegalidade do pedido, tendo em vista ser regulamentada por Lei e Ato de prerrogativa do Chefe do Executivo, com participação do Ministro das Relações Exteriores. O Processo foi arquivado.

A mudança de mãos do poder político central deu ao grupo civil-militar golpista o espaço que precisavam para retomar o projeto, por via da Câmara, a fim de emprestar uma sensação de "legitimidade política". A nova comissão da Câmara, em procedimento célere, aprovou, por unanimidade, a cassação da medalha de Che Guevara, única dentre todas as concessões da República. Àquela altura, os deputados ligados aos setores populares estavam sendo cassados pelo regime ditatorial e alguns encontravam-se em exílio. A esquerda foi obrigada a trabalhar na clandestinidade. A partir de então, o grupo do poder chamaria seus opositores de "subversivos".

No dia 17 de junho de 1964, sob a presidência de Raymundo Padilha, a Comissão de Relações Exteriores reuniu-se novamente, já com o parecer favorável do relator João Calmon, proferido no ano anterior.

Mesmo com os militares no poder, a resistência nas ruas crescia em defesa das liberdades. A Guerra Fria ganhava novos contornos, com maior intensidade. O mundo vivia uma atmosfera política favorável ao campo socialista. Nos Estados Unidos, nasciam os Panteras Negras, radicalmente a favor da igualdade racial. No Vietnã, os norte-americanos haviam perdido a guerra. Na França, os estudantes ganhavam as ruas numa luta que ressoou internacionalmente. Em 1966, Cuba sediou o IV Congresso Latino-Americano de Estudantes. A Igreja Católica fazia a "opção preferencial pelos pobres", referenciada no Concílio Vaticano II e, na América Latina, pelo Conclave de Medellín, na Colômbia.



O estudante Edson Luís seria morto em 28 de março de 1968 pela repressão militar. A UNE havia sido extinta pela ditadura, mas não pelos estudantes, o que não impediu de se organizarem. Uma Frente Ampla era organizada por Juscelino, Lacerda e Brizola. Os operários faziam a grande greve em Osasco-SP, reafirmando a posição dos trabalhadores na luta de classes. O ditador Arthur da Costa e Silva baixou o Ato Institucional nº 5, ampliando os próprios poderes de forma ilimitada.

A comunicação pretende analisar as tentativas de cassar, no período ditatorial, a Condecoração de Che Guevara. Por que, entre tantas outras condecorações, somente aquela foi questionada? Utilizarei, para tanto, correspondências selecionadas no Arquivo Histórico do Itamaraty-DF, anais da Câmara dos Deputados e a imprensa escrita como fontes primárias sobre o tema. A relevância está no resgate da memória histórica e na revelação de tramas políticas em tempos sombrios.

PALAVRAS-CHAVE: Condecoração de Che Guevara, anticomunismo, ditadura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DREYFUSS, René. 1964, a conquista do Estado. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

BRAGA, Paulo Romeu. *Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas*. Revista Brasileira de Política Internacional, nº 45 (2), 2002, pp. 46-65

BARSOTTI, Paulo. PERICÁS, Luiz Bernardo. *América Latina – história, ideias e revolução*. São Paulo: Xamã, 2ª edição, 1998.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª edição, 1978.

MOLON, Newton Castro. *A visita de Che, a mídia e a renúncia de Jânio Quadros - o feitiço contra o feiticeiro: como a mídia contribuiu para o isolamento político do Presidente midiático*. Faculdade Cásper Líbero (Mestrado em Comunicação na Contemporaneidade). São Paulo, novembro/2006, 174 pp.